

Motivos políticos levam à renúncia de lucros

União Externa
ESTADO DE SÃO PAULO

MARTIN BARON
Do Los Angeles Times

NOVA YORK — Não é fácil, para os banqueiros, renunciar aos lucros. Mas a comunidade bancária internacional fez exatamente isso, na semana passada, após uma reunião de cinco horas com representantes do Brasil. E os banqueiros admitem que a principal razão que os levou a agir dessa maneira foi a política.

Eles estão preocupados com a crescente oposição que se registra no Brasil às medidas de austeridade recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e às rígidas condições de pagamento impostas pelos bancos.

Com o abrandamento das condições e dos juros sobre o "pacote" de empréstimos, no valor US\$ 6,5 bilhões, os banqueiros internacionais esperam melhorar sua própria imagem, fortalecer a posição de liderança do Brasil e atenuar um clima político potencialmente explosivo. As concessões feitas ao Brasil assinalam a primeira vez, durante a atual crise de liquidez internacional, que os banqueiros concordam em reduzir suas taxas e os juros como parte de um acordo de reestruturação.

GESTO POLÍTICO

"Penso que a comissão de bancos está ciente da necessidade de um gesto político endereçado à opinião pública do Brasil e aos políticos brasileiros" — disse Robert Lorenz, vice-presidente do *Security Pacific National Bank*, de Los Angeles. E acrescentou: "É muito difícil dizer se isso trará bons resultados ou não".

A decisão dos bancos que concedem empréstimos ao Brasil de reduzir os juros e a taxa de abertura de crédito, assim como de aumentar os prazos de pagamento, é 75% política, segundo William Cline, do Instituto de Economia Internacional de Washington. "Os bancos — acrescentou — sabem que existe um custo político para essas taxas. Aparentemente, eles chegaram à conclusão de que o que teriam a mais em termos de renda não justificaria o custo político".

Na semana passada, 60 bancos concordaram em fazer três importantes concessões ao Brasil:

— Os empréstimos que vencerão este ano e no próximo não precisarão ser pagos por um período de cinco anos. Essa concessão assemelha-se aos dois anos e meio de carência negociados em um entendimento an-

terior, de fevereiro deste ano, e aos quatro anos de graça concedidos ao México;

— A taxa de abertura de crédito relativa aos novos empréstimos no valor de US\$ 6,5 bilhões, para este ano e o próximo, será reduzida da porcentagem normal de 1,5% para 1%; e

— A taxa de juros dos novos empréstimos será um oitavo de ponto mais baixa do que a cobrada no caso dos empréstimos anteriores.

LEI SALARIAL

Especificamente, os banqueiros esperam que as suas concessões tornem mais fácil, para o regime do presidente João Figueiredo, obter a ratificação, pelo Congresso, de uma proposta de indexação salarial, ainda este mês. A medida, compreendendo a limitação dos aumentos salariais a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, esbarra em uma forte oposição política.

"Os brasileiros estão empreendendo um esforço árduo, que, do ponto de vista político, é um desafio, ao reduzir a indexação de 100% para 80%" — disse William McDonough, vice-presidente executivo do *First National Bank of Chicago*. "Considero — afirmou — uma atitude adequada, da parte dos bancos, enviar um sinal mostrando que eles compreendem a dificuldade dessa tarefa, e de que, por nossa vez, estamos dispostos a compartilhar desse esforço."

Muitos banqueiros temem que a indexação salarial esteja fadada ao malogro. De acordo com o comentário de um alto funcionário de um banco da Califórnia, mesmo que Figueiredo "decida fazer uma campanha intensa em favor da sua aprovação, talvez tenha apenas 50% de possibilidades de êxito". Na opinião de outras pessoas, a concessão feita pelos banqueiros na semana passada é uma ajuda muito modesta. Segundo Lorenz, as concessões bancárias que acompanham o empréstimo recente "não farão muita coisa em favor da aprovação da proposta".

Contudo, o FMI recusa-se a continuar fazendo empréstimos ao Brasil, a menos que a medida seja aprovada. Em maio, o FMI suspendeu a liberação de uma parcela do empréstimo no valor de US\$ 4,5 bilhões, acertado em fevereiro, porque o Brasil não estava atingindo importantes metas econômicas. Seguindo o exemplo do FMI, os bancos também suspenderam seus novos empréstimos ao Brasil.